

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 6 de abril de 2001

Ano 3 Nº 52

CPI suspeita de “máfia da sonegação”

(fotos Jonas Lemos Campos)

A presidente da CPI que investiga denúncias de esquemas de sonegação fiscal em Santa Catarina, deputada Ideli Salvatti (PT), revelou na noite desta terça-feira (3), após ouvir o depoimento do ex-gerente da Fiscalização da Secretaria da Fazenda em Blumenau, Almir José Gorges, que há possibilidade de existir uma verdadeira máfia neste setor atuando em todo o Estado, especialmente na região do Vale do Itajaí.

O depoente explicou que em 1997 o contador Valmir Tironi, que possuía um escritório em Blumenau, havia denunciado na Secretaria da Fazenda a existência de notas falsas e de caixa 2 envolvendo fiscais que atuavam naquela região. Este fato fez com que a Secretaria realizasse “batidas” em diversas empresas do Vale do Itajaí, quando ficou comprovada a denúncia.

Em 1999, o promotor Ernane Guetten convocou Tironi para depor no Ministério Público. O depoimento foi numa sexta-feira, e na segunda-feira seguinte ele deveria retornar para prestar novos esclarecimentos. Porém, o contador faleceu devido a um acidente de automóvel um dia depois, ficando seu depoimento incompleto. No mesmo final de semana seu escritório de contabilidade foi arrombado.

Deputados questionam venda de ações da Casan em posse da Celesc

Página 3



Ex-gerente da Secretaria Regional da Fazenda de Blumenau, Almir José Gorges, em depoimento que durou mais de quatro horas na CPI

O restante do depoimento foi no sentido de confrontar as declarações de outros fiscais prestadas na Comissão, como inoperância da Fiscalização, notas fiscais frias de determinadas empresas, entre outras questões relativas às investigações.

Reunião no Deic

A presidente Ideli e o deputado Rogério Mendonça (PMDB), integrante da CPI, estiveram na tarde desta quinta-feira (5) na Divisão Especial de Investigação Criminal - Deic - para solicitar que um

representante do órgão acompanhe as investigações da Comissão, além de informações sobre a notificação da Nilcatex Confecções, de Blumenau.

Como as investigações em relação à Nilcatex foram feitas em 1997 pelo delegado Elói Gonçalves de Azevedo, hoje aposentado, a CPI decidiu solicitar um relatório a ele sobre o caso. No que se refere ao acidente que vitimou o contador Valmir Tironi, autor de denúncias sobre sonegação no Vale do Itajaí, a Comissão vai pedir mais detalhes à direção da Polícia Rodoviária Estadual.

Comissão vai discutir saúde mental em SC

Página 4

Suplicy explica programa da bolsa-escola

Página 8

OPINIÃO

Pecado que deu certo



Em 1940, chegou a São Joaquim um grupo de europeus vindo da Alemanha.

Constatarem que o clima e o solo da nova terra que escolheram para morar e criar a família eram semelhantes aos da terra de origem.

Depois de retornarem à pátria em visita a parentes, voltaram com as primeiras mudas de macieiras, que foram plantadas em caráter de experiência. Constatou-se boa adaptação e em pouco tempo colheram frutos coloridos e saborosos.

Mas foi somente em 1971, no governo Ivo Silveira, que se implantou em bases técnicas o Programa de Fruticultura de Clima Temperado - Profit -, com a implantação da Estação Experimental da Epagri em São Joaquim. A Associação Catarinense de Crédito Agrícola e Rural - Acaresc -, presidida por Glauco Olinger, agiu com o fomento da produção de maçãs, indo aos produtores rurais levar a boa nova do Profit.

A chegada da colônia japonesa, agregada à cooperativa agrícola de Cotia, deu um impulso muito grande à maçã joaquinese. Houve intercâmbio com o governo japonês, que enviou técnicos para cá, entre os quais Kenshi Shirozawua, que criou a variedade Fuji em laboratórios da Epagri de São Joaquim. Em 1978, o prefeito na época, Rogério Tarzan, cria a Festa Nacional

da Maçã, com a finalidade de levar ao conhecimento dos consumidores que em São Joaquim se produzia a melhor maçã do Brasil para consumo na mesa. O objetivo foi alcançado.

Este ano a festa se repete já na sua décima edição, depois de uma parada de quase cinco anos. Será realizada de 14 à 22 de abril no Parque Nacional da Maçã, denominado Geraldo José Coral.

Antes era um dos eventos turísticos mais importantes do Sul do Brasil, e a intenção do prefeito atual, Newton Stélio Fontanella, é resgatar o prestígio dessa festa e recolocá-la no calendário turístico nacional como o grande evento que já foi no passado.

Hoje os campos do Planalto Serrano abrigam os maiores pomares do Brasil. Santa Catarina produz 60% da maçã brasileira, e se no paraíso esse produto foi o símbolo do pecado, para os produtores do Estado ele é a libertação. Os resultados estão à vista.

A área plantada está distribuída nos municípios de São Joaquim, Bom Jardim da Serra, Urubici, Bom Retiro, Urupema, Paineira, Lages, São José do Cerrito, Campo Belo, Correia Pinto, Curitiba, Fraiburgo, Videira, Caçador e Água Doce.

É uma alegria para nós e para todos os joaquineses assistir ao resgate da Festa Nacional da Maçã, que, nas mãos do prefeito Téio, terá seqüência.

Deputado Sandro Tarzan (PTB)

Radicalizar a democracia



Quinze anos se passaram desde a devolução do poder a um presidente civil, onze anos desde a promulgação de uma Constituição democrática. A democracia, claramente, fincou raízes, não só nas instituições, mas nas práticas e nos valores da sociedade brasileira. Há eleições regulares e livres para todos os níveis de governo, com elevado comparecimento. O sistema partidário é competitivo (na verdade, fragmentado), com pelo menos sete partidos de

relevância nacional dividindo posições de poder efetivo no Executivo e no Legislativo da União, nos estados e municípios. As organizações da sociedade civil, cuja participação foi significativa mas incipiente na oposição ao regime autoritário, floresceram com a volta à democracia e hoje disputam ativamente com os partidos e com o próprio Estado o espaço de definição

do interesse público e das políticas públicas. A independência do Judiciário é inquestionável, acentuadamente em Santa Catarina. A imprensa é diversificada, livre e combativa; muitas vezes, corre na frente da oposição partidária na fiscalização e cobrança das falhas do governo. As manifestações pacíficas de dissenso e reivindicação fazem parte do cotidiano.

Contudo, por muito que se valorizem essas conquistas, a experiência do autoritarismo ainda é sentida em Santa Catarina pelos episódios que ocorrem até mesmo no Poder Legislativo, onde a democracia é atropelada em benefício de interesses pessoais.

Quando o mundo se pergunta pela nova utopia - um novo horizonte de transformação social que motive e oriente a ação das forças progressistas -, a experiência catarinense sugere fortemente que ela própria, a democracia, é o nome da utopia viável.

Deputado Jorginho Mello (Líder do PSDB)

Mesa Diretora:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
 1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PTB)
 1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)
 2º Secretário: Odete de Jesus do Nascimento (PL)
 3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
 4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
 imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Noeli Livi, Stela Martins
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Revisão: Margareth Genovez
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves
 Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

GERAL

Futuro da Celesc ainda nas mãos da AL

(foto Alberto Neves)

O deputado Jaime Duarte (PPS) foi o autor da proposição da audiência pública ocorrida no Plenário nesta segunda-feira (2), convocada pelas Comissões de Justiça e de Finanças, presididas pelos deputados Reno Caramori (PPB) e Afrânio Boppré (PT), respectivamente. O principal assunto foi a venda de R\$ 110 milhões em ações da Casan e que hoje pertencem à Celesc, por conta de uma dívida de 18 anos que mantinha com a estatal de energia elétrica. Além dos parlamentares, compareceram à audiência pública diretores e funcionários das duas estatais, bem como representantes da Secretaria da Fazenda, do Ministério Público, da Fiesc e da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Esta não foi a primeira discussão promovida pelo Legislativo sobre este assunto. Na semana passada, durante reunião da Comissão de Justiça, foram debatidos os dois projetos de lei ainda não deliberados pelos deputados e que envolvem a Celesc e a Casan. O primeiro



Küster justifica venda de ações

trata da venda de 19,3% das ações da Casan e o outro da cisão da empresa, que seria dividida em três subsidiárias.

Os parlamentares, em sua maioria, estão receosos quanto ao assunto. Temem principalmente que a venda das ações possa desencadear o processo de privatização da Celesc – decisão não aprovada por eles.

O presidente da Celesc, Francisco

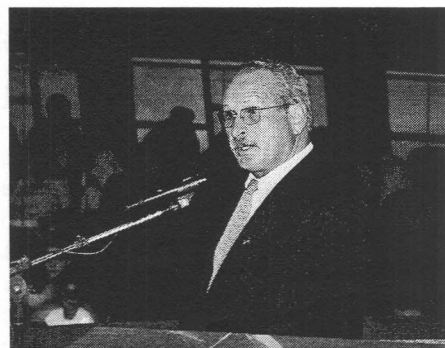
Küster, justificou a necessidade de venda das ações para amenizar a situação da empresa, classificada por ele como “catastrófica”. Salientou que a Celesc precisa quitar dívidas já vencidas e outras que deverão vencer nos próximos dias e que ultrapassam os R\$ 200 milhões.

Os deputados fizeram vários questionamentos sobre a venda das ações e a dívida que o governo do Estado tem com a Celesc, que hoje ultrapassa a 500 milhões de reais. Vários parlamentares e representantes dos funcionários da Celesc cobraram do Secretário da Fazenda, Antônio Carlos Vieira, a quitação dessa dívida e a abertura de linhas de crédito para a empresa, que há dois anos não consegue obter financiamentos.

Estímulo à atividade vinícola

Incentivo aos agricultores, às empresas e regiões que baseiam suas atividades na indústria produtora de vinho está sendo solicitado pelo deputado Onofre Agostini (PFL) ao secretário da Agricultura. Na pauta de reivindicações estão estímulo ao turismo regional através do Projeto Vale do Vinho, incentivo à tecnologia de mudas de

parreiras através de orientação de técnicos especializados, importação de mudas de países com tecnologia avançada, missões empresariais dentro do Brasil e também no exterior (do mesmo ramo vinícola), incentivo aos agricultores para que possam trabalhar com qualidade e produtividade, selo de qualidade e maior liberação de



Presidente Onofre Agostini

crédito para a compra de uvas, através do Programa EGF do Banco do Brasil.

Ao secretário da Fazenda pede que sejam dispensados benefícios do ICMS às empresas que atuam na atividade vinícola, tais como ter direito ao crédito de ICMS da uva comprada em território catarinense; igualar as alíquotas com as praticadas no Estado do Rio Grande do Sul e dar incentivos a linhas de crédito de ICMS para financiamento da modernização do parque industrial.

“Se essas solicitações forem atendidas, teremos mais empregos e maior produção, o que melhorará a qualidade de vida da população dos municípios que se baseiam nessa atividade”, argumenta o parlamentar.

Ponticelli é líder do governo na AL

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

O deputado Joares Ponticelli (PPB) é o novo líder do governo, em substituição ao deputado Paulo Bornhausen (PFL). Ressaltando que encara a missão como um verdadeiro desafio e que é mesmo um homem de desafios, Ponticelli disse que seu projeto de trabalho prevê, antes de tudo, uma abertura maior do diálogo



Deputado Joares Ponticelli

entre a base governista e o governo, sem deixar de lado os deputados do outro bloco. “Todos podem ter idéias excelentes em benefício de Santa Catarina, por isso é importante que esse

diálogo seja cada vez mais amplo”, defendeu.

Para o novo líder, se isso se concretizar haverá mais tranquilidade na apreciação e votação de matérias. Sabendo o que deseja o governo, mediante uma conversa prévia, os governistas teriam mais segurança na aprovação de determinados projetos, sem o risco de um veto mais adiante. Ou ainda, no caso de propostas de parlamentares, se houver prévio diálogo, evitar-se-ia a ocorrência de a matéria ser considerada inconstitucional e fadada a uma Adin.

COMISSÕES

Instalada Comissão sobre saúde mental

(foto Jonas Lemos Campos)

Psiquiatras, psicólogos e enfermeiros que trabalham com saúde mental participaram da reunião de instalação da Comissão Especial Externa, ocorrida nesta terça-feira (3), quando foram aclamados como presidente e relator da CEE os deputados Jaime Duarte (PPS) e Volnei Morastoni (PT), respectivamente.

Morastoni, autor de outros projetos sobre o tema, informou que na semana passada foi aprovado no Congresso projeto de lei do deputado Paulo Delgado (PT/MG) que dá nova concepção de tratamento ao doente mental no País.

Esses profissionais, que vão auxiliar os parlamentares na avaliação da situação do atendimento à saúde mental no



Deputados Jaime Duarte e Antônio Aguiar

Estado, tanto no setor público como no privado, estavam representando o Conselho Regional de Psicologia; a Secretaria Estadual da Saúde, através da Coordenadoria de Saúde Mental; a Secretaria da Saúde de Florianópolis e o Hospital Santa Teresa, de São Pedro de Alcântara.

Os presentes fizeram um relato das

precariedades do setor e das preocupações e destacaram a importância de levar ao conhecimento da opinião pública as dificuldades e possíveis soluções para a saúde mental em SC. Completam a Comissão os deputados Antônio Aguiar (PFL), Ronaldo Benedet (PMDB) e Nilson Gonçalves (PSDB).

Na próxima terça-feira (10), às 17 horas, a Comissão volta a se reunir para apresentar o cronograma de visita às instituições.

Seminário sobre legislação tributária

A situação tributária do Estado e alternativas para aperfeiçoar a legislação, arrecadação e fiscalização do ICMS em Santa Catarina serão abordadas no seminário sobre *A política tributária: análise crítica e possíveis alterações*, a ser realizado pela CPI que investiga denúncias de sonegação fiscal na próxima segunda-feira (9).

O evento será aberto pela deputada Ideli Salvatti (PT), presidente da CPI da Sonegação. Em seguida, o secretário estadual da Fazenda, Antônio Carlos Vieira, introduzirá o tema que será discutido pelos deputados e representantes do governo, por instituições oficiais e sindicatos de fiscais e contabilistas, entre outros.

O presidente da Câmara de Assuntos Tributários e Legislativos da Fiesc, Glauco Côrte, vai falar sobre *Contribuições para a melhoria do relacionamento fisco-contribuinte*, e a procuradora Márcia Arendt, do Ministério Público Estadual, discorrerá sobre *Ordem tributária e a tutela da cidadania*.

À tarde, os debates serão sobre *ICMS, fiscalização – análise e metodologia*, coordenados por representantes da Federação das Câmaras de Diretores Lojistas de Santa Catarina e do Sindicato dos Fiscais da Fazenda de SC. No encerramento, será apresentado um documento contendo as propostas que foram deliberadas e aprovadas durante o seminário.

CCE vai acompanhar duplicação da BR-101 no Sul

Será instalada nos próximos dias uma Comissão Especial Externa (CEE), requerida pelo deputado Joares Ponticelli (PPB), destinada a acompanhar todo o processo referente à duplicação da BR-101, no trecho Palhoça/Passo de Torres, região Sul do Estado. A solicitação do parlamentar foi aprovada pelo Plenário nesta semana.

De acordo com Ponticelli, apesar das várias audiências realizadas pelo DNER no mês de janeiro, envolvendo comunidades da região Sul, muitas dúvidas ainda persistem sobre a realização da obra, especialmente no que diz respeito ao trajeto da rodovia.

Para a execução da duplicação, o DNER está formalizando uma concorrência internacional no valor aproximado de R\$ 1 bilhão (este é um dos motivos da constituição da CEE), a qual só será concluída com a entrega da ordem de serviço para o início das benfeitorias.

Ponticelli salientou que o projeto técnico das obras está concluído, embora alguns trechos ainda continuem indefinidos por requererem aval de outros órgão públicos. Os principais são: Morro dos Cavalos, nas proximidades de Paulo Lopes, onde residem atualmente índios de origem Guarani; ponte de Cabeçudas e município de Araranguá, que dependem de autorização da Funai e do Ibama.

Para o parlamentar sulista, a BR-101 precisa ser duplicada o mais rápido possível, porque o trecho entre Palhoça e Passo de Torres está em situação bastante crítica. Embora o DNER realize regularmente várias operações "tapaburacos", em vários municípios falta sinalização, o que coloca em risco a vida dos motoristas que diariamente transitam pela rodovia. Este fator estaria também causando congestionamentos e acidentes fatais, principalmente no verão.

PLENÁRIO

Licenciamento ambiental

Atividades minerárias

Considerando que o Estado não pode continuar sem uma legislação que estabeleça padrões de qualidade ambiental, o deputado Clésio Salvaro (PFL) obteve aprovação do Projeto de Lei 210/00, que trata do licenciamento ambiental das atividades de pesquisa, lavra e beneficiamento de bens minerais. Dispensado o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) e com fundamento na Constituição Estadual e em lei federal, o licenciamento dar-se-á através de zoneamento mineral, com implementação de Diagnóstico Ambiental (DA), Plano de Controle Ambiental (PCA) e Relatório de Controle Ambiental (RCA).

O parlamentar frisou que esse projeto prevê mecanismos que efetivarão a criação de zonas especiais com aproveitamento do uso e parcelamento do solo, com planejamento ambiental e recuperação das áreas já degradadas pelos empreendimentos. O DA e o PCA serão submetidos à Fatma para análise e aprovação, sendo requisitos básicos para que os empreendimentos minerários possam pleitear o licenciamento ambiental. Já o RCA trata da implementação da recuperação da área degradada, que poderá ser compensada.

Salvaro acredita que a nova lei é a solução técnica adequada à reabilitação do solo degradado.

Deputados mantêm vetos

Nesta semana, os deputados apreciaram mais um pacote de vetos governamentais. Dos 11 vetos em pauta, foi rejeitado apenas o que trata do Projeto de Lei (PL) nº 219/00, de autoria do deputado Jaime Duarte (PPS), que autoriza o Poder Executivo a instituir o Projeto Casa Abrigo, destinado a acolher mulheres vítimas de violência ou cuja integridade física corra risco de qualquer natureza.

As mulheres acolhidas na Casa Abrigo deverão receber assistência jurídica e psicossocial que possibilite a sua reintegração à sociedade num prazo de 90 dias após o seu ingresso. Garante, tam-bém, a infra-estrutura necessária para acolher seus filhos menores de 14 anos. Com a rejeição o Governo fica, agora, obrigado a instituir o abrigo.

Os demais 10 vetos, todos a projetos aprovados no ano passado, foram mantidos.

Vetos totais mantidos:

- PL nº 128 (Nilson Gonçalves - PSDB), que concede gratuidade de passagens a professores da rede pública estadual no trajeto escola-casa e vice-versa, a policiais e bombeiros militares e a portadores de deficiência renal crônica;

- PL nº 318 (Francisco de Assis - PT), que dispõe sobre o atendimento ao público nas agências bancárias do Estado;

- PL nº 58 (Rogério Mendonça - PMDB), que trata sobre medidas educativas de proteção à criança e ao adolescente contra violência, combate ao uso de drogas e doenças sexualmente transmissíveis;

- PL nº 208 (Nilson Gonçalves - PSDB), que determina que bares, restaurantes, lanchonetes e similares no Estado que forneçam alimentação ao público só poderão vender condimentos em embalagens lacradas, do tipo sachê;

Parlamentares querem ouvir presidente do Besc

Aprovada em Plenário na sessão desta terça-feira (3) a convocação do presidente do Besc, Luiz Carlos de Brito Lourenço, requerida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB). O parlamentar tucano cobra explicações sobre o desenvolvimento do Plano de Demissões Incentivadas (PDI) do banco, assim como os valores que se-



Deputado Jorginho Mello

rão empregados no Plano. "Não vamos aceitar valores menores do que os discutidos com os deputados. A verdade é que até agora não temos nenhuma posição concreta da diretoria do banco", disse Jorginho. Ainda não foi definido o dia que Lourenço será sabatinado na Assembléia Legislativa.

Segundo o líder do PSDB, pairam dúvidas entre os parlamentares quanto ao contrato firmado com uma fundação

para avaliação e modelagem do Besc, cujos valores superam a cifra dos R\$ 2 milhões. Além disso, frisou desconhecer o que foi feito para sanear as dívidas da Fundação Codesc de Seguridade Social (Fusesc). "O que parece é que querem quebrar o banco de uma vez. Enquanto o Besc não for vendido, a diretoria tem a obrigação de dar satisfações sobre o andamento do processo de desestatização", concluiu.

- PL nº 207 (Jaime Duarte - PPS), que institui o Controle de Qualidade "OK" em todos os postos do Estado. A medida objetiva controlar a formação de cartel e a adulteração de combustíveis comercializados;

- PL nº 169 (Nilson Gonçalves - PSDB), que isenta do pagamento de pedágio em rodovias estaduais ou sob jurisdição estadual os veículos emplacados no mesmo município de localização dos pedágios e as motocicletas de qualquer categoria ou cilindrada, independente do município ou estado do emplacamento;

- PL nº 258 (Jaime Duarte - PPS), que determina a distribuição, comercialização e utili-

zação de produtos em cuja composição contenha produtos sintéticos à base de benzeno, tolueno e éter no Estado.

- PL nº 393 (Nilson Gonçalves - PSDB), que normatiza os recursos provenientes da alienação de bens móveis inseríveis e de bens imóveis não utilizados pelos órgãos da administração direta.

Veto parcial

- PL nº 190 (Rogério Mendonça - PMDB), que reconhece o município de Imbuia como Capital Catarinense do Milho. Foram vetados os artigos que determinam ao Poder Executivo implantar programa de incentivo à produção do milho.

PLENÁRIO

Programa da Família Solidária

Possibilitar assistência nas áreas de educação, saúde, alimentação e lazer às crianças e aos adolescentes que estiverem em situação de abandono ou risco social. Isso é o que propõe o deputado Ronaldo Benedet (PMDB) por meio de um projeto de lei que autoriza o Executivo a criar o Programa Família Solidária e Mãe Social.

“A minha proposta pode ser uma alternativa para que a criança ou o adolescente abandonado pelos pais encontra um novo lar. Um ambiente propício para o seu crescimento e a sua formação. Se a família é o lugar ideal para o exercício da cidadania, nada mais justo do que criar esse espaço aos que estão desamparados”, justifica.

De acordo com a proposição, a Secretaria da Família ficará responsável pelo cadastramento das famílias interessadas em aderir ao Programa. Cada família poderá abrigar até cinco crianças ou adolescentes. Objetivando um atendimento completo, o Estado garantirá a cada família solidária o repasse mensal no valor de um salário mínimo. “Com certeza esse valor, considerando as despesas, será substancialmente menor do que o gasto com o regime de internação institucional.



Deputado Ronaldo Benedet

E sabe-se que o adolescente nas ruas é mais um candidato a fazer parte da população carcerária”, aponta Benedet.

Assim que for implantado o Programa, a Secretaria da Família realizará um trabalho de acompanhamento, visitas e entrevistas, a fim de comprovar se a criança ou o adolescente está integrado ao novo ambiente familiar. A alimentação, o atendimento médico e o acompanhamento escolar serão decisivos para a continuidade desse trabalho social.

Contas do governo na Internet

O deputado Afrânio Boppré (PT) apresentou projeto de lei que propõe uma maior divulgação do orçamento e das receitas tributárias de todos os órgãos públicos de Santa Catarina. A proposta do projeto é disponibilizar essas informações na Internet e em tempo real. Isto significa que os dados deverão ser atualizados diariamente ou, dependendo do caso, até várias vezes ao dia.

O deputado acredita que a divulgação dessas informações pela rede mundial de computadores vai beneficiar não só os envolvidos diretamente mas, também, o público em geral, que poderá ter conhecimento de uma parte do cotidiano dos órgãos estaduais.

O projeto ainda propõe a divulgação dos repasses do Executivo estadual aos Poderes Legislativo e Judiciário. Afrânio lembra que as informações poderão subsidiar aulas de cursos como Economia, Administração e Ciências Contábeis. “Se todos os processos que envolvem o orçamento estadual são feitos dentro da lei, não há motivo para não tornar públicas as informações”, enfatiza.

Febre aftosa

Partiu do deputado João Rosa (PTB) a solicitação ao governador do Estado de medidas que promovam melhor esclarecimento à população sobre a real situação de Santa Catarina no caso da febre aftosa. Lembra que o Estado fez um grande trabalho de muitos anos para ser considerado livre de febre aftosa, fato que culminou na sua liberação para o comércio exterior de carne que beneficiou um grande número de famílias catarinenses que depende diretamente da produção pecuária, atividade de grande relevância para a economia estadual. “O esclarecimento oficial sobre a qualidade dos rebanhos catarinenses poderá auxiliar na fixação das conquistas alcançadas pelos produtores do setor”, justifica o deputado.

Hidrômetros individuais

Projeto de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB) estabelece a obrigatoriedade de instalação de hidrômetro para cada apartamento nos condomínios residenciais. “A iniciativa visa quantificar o consumo de água individualmente, pois quando não há controle, há um desperdício generalizado”, justifica o autor.

Segundo o projeto, continuará havendo um hidrômetro para medir o consumo comum do edifício e outro para medir o gasto de cada morador, “Cada um pagará por aquilo que usufruiu, salvo o consumo relacionado com as áreas de uso comum dos moradores de cada prédio”, argumenta Gonçalves, adiantando que a proposta é de interesse social, pois vem em defesa dos direitos do consumidor

Se aprovado, fica estabelecido que as



Deputado Nilson Gonçalves

edificações que integram condomínios residenciais somente terão suas plantas aprovadas pela autoridade sanitária desde que, além de apresentarem na planta hidráulica um hidrômetro comum para o edifício de apartamentos, conste um hidrômetro interno para cada apartamento em local que permita sua visualização por qualquer pessoa.

Sessão especial

Os deputados Adelor Vieira e Manoel Mota (PMDB) apresentaram requerimento solicitando a realização de sessão especial no dia 14 de maio com a Comissão Especial para Assuntos de Previdência. O tema será o achatamento dos benefícios pagos aos aposentados e aos pensionistas do Estado de Santa Catarina.

Adelor ainda requereu a realização de sessão solene neste mês de abril em homenagem à Associação Comercial e Industrial de Joinville, pela passagem dos seus 90 anos de existência.

Estadualização de estrada

O deputado Altair Guidi (PPB) solicitou ao governador do Estado e ao secretário dos Transportes e Obras a estadualização da estrada intermunicipal que vai da BR-101, distrito de Morro Grande, município de Sangão, até a praia de Campo Bom, em Jaguaruna. Reivindicou, ainda, a estadualização e o asfaltamento da estrada intermunicipal que vai do município de Morro Grande até Morro Chato, distrito de Turvo.

Pipas cortantes

Sérios acidentes decorrentes da utilização de pipas ou similares, equipados com instrumentos cortantes e com linhas preparadas à base de produtos cortantes (cerol) motivaram o deputado João Rosa (PTB) a pedir providências às autoridades estaduais. Em indicação endereçada ao governador, à secretária da Educação e ao comandante da Polícia Militar, o deputado sugere que sejam desenvolvidos programas de conscientização na rede escolar do Estado, com apoio do Corpo de Bombeiros, sobre os perigos decorrentes da utilização desses "brinquedos" por jovens e crianças. Entende que a adoção de um programa de esclarecimento contra o uso de cerol nas linhas das pipas vai permitir a segurança necessária para a prática dessa brincadeira.

Batalhão da PM

O deputado Ronaldo Benedet (PMDB) fez indicação ao governador e ao comandante da Polícia Militar solicitando providências no sentido de transformar o 4º Pelotão da 1ª Companhia do 9º Batalhão da Polícia Militar, com sede na cidade de Sombrio, em Companhia. Benedet alerta que o efetivo hoje existente naquela cidade é insuficiente para atender as ocorrências devido à grande extensão territorial sob sua responsabilidade. A instalação de uma Companhia da PM em Sombrio aumentará o efetivo, o que permitirá um melhor atendimento à região.

Melhorias para Ibirama

Várias reivindicações a autoridades estaduais foram feitas pelo deputado Heitor Sché (PFL) para o município de Ibirama, entre elas a implantação de um Centro de Convivência de Idosos; a aquisição de equipamentos para patrulha mecanizada agrícola, para ajudar os trabalhadores rurais a incrementar sua produção; e a implantação do Centro Municipal de Cultura, para abrigar oficinas de artes e outras manifestações que sirvam de fomento ao turismo regional.

Para o município de Dona Emma, Sché solicitou ao secretário da Agricultura equipamentos de patrulha mecanizada agrícola: uma pá carregadeira e uma retroescavadeira para trabalhos na lavoura.

Proposições

Deputados Nelson Goetten (PPB), Reno Caramori (PPB) e Francisco de Assis (PT) ao superintendente da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e ao ministro da Justiça pedindo a construção de um prédio definitivo para abrigar o posto da PRF em São José do Cedro.

Deputados Herneus de Nadal e Gelson Sorgato (PMDB) ao governador do Estado e ao secretário da Agricultura pedindo a manutenção do escritório da Epagri em Nova Erechim.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao secretário da Segurança Pública e ao comandante da Polícia Militar solicitando a reativação do posto policial no bairro Paraíso II, em Joinville.

Deputado Onofre Agostini (PFL) aos integrantes da bancada catarinense pefelista no Congresso Nacional requerendo a inclusão de Abdon Batista no Programa Comunidade Solidária.

Deputado Antônio Aguiar (PFL) ao secretário do Mercosul pedindo a liberação de recursos para a construção de portal turístico em São Francisco do Sul e Canoinhas.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) cumprimentando os prefeitos e os presidentes das Câmaras municipais de Seara, São Domingos, Galvão e Santiago do Sul pelo aniversário de emancipação política.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) parabenizando o prefeito e o secretário municipal de Educação pelo "relevante trabalho" realizado na erradicação do analfabetismo em Joinville.

Deputado Onofre Agostini (PFL) ao governador do Estado e ao secretário de Transportes e Obras solicitando a pavimentação asfáltica da SC-455, que liga o distrito de Ibicuí, em Campos Novos, à BR-470.

Deputado Nelson Goetten (PPB) ao presidente da Telesc Centro-Sul, solicitando a implantação de sistema de telefonia na comunidade de Pousa da Caixa, em Trombudo Central.

Deputado Antônio Aguiar (PFL) ao secretário dos Transportes e Obras solicitando providências para a manutenção da rodovia que liga Lebón Régis a Timbó Grande e da SC-302, trecho que liga Porto União a Matos Costa.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao secretário dos Transportes e Obras solicitando a construção de duas pontes de concreto armado em Dona Emma.

Deputado Antônio Aguiar (PFL) ao secretário dos Transportes e Obras pedindo a reformulação do trevo de acesso principal a Papanduva e a viabilização da pavimentação asfáltica da SC-422, em Rio Negrinho.

Deputado Manoel Mota (PMDB) cumprimentando o prefeito de Araranguá pelo aniversário do município, comemorado este mês.

Deputado Narcizo Parisotto (PMDB) ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Seara, parabenizando-os por mais um ano de emancipação político-administrativa do município.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) cumprimentando as autoridades do município de Araquari pela passagem dos 125 anos de emancipação política.

Deputado Lício Silveira (PPB) ao ministro da Casa Civil da Presidência da República solicitando a nomeação do advogado Sadi Lima para o cargo de juiz federal do Tribunal Regional - 4ª Região.

Deputado Romildo Titon (PMDB) ao presidente do Tribunal de Justiça e ao procurador-geral de Justiça de SC pedindo a criação e instalação de uma 3ª Vara e de uma 3ª Promotoria na Comarca de Campos Novos.

Deputado Onofre Agostini (PFL) à bancada catarinense em Brasília solicitando intercessão junto ao governo federal no sentido de garantir preço aos produtos agrícolas compatível com o custo das lavouras.

Deputado Afrânio Boppré (PT) ao secretário da Fazenda requerendo fotocópia dos contratos de locação, nos quais aquela Secretaria é locatária, desde maio de 1996 até a presente data.

ESPECIAL

Suplicy debate renda mínima e bolsa-escola

Representantes de prefeituras municipais, do Ministério Público, dos conselhos tutelares e de organizações não-governamentais ligadas à criança e ao adolescente lotaram o Plenário nesta segunda-feira (2), em virtude da sessão especial que debateu os programas de Renda Mínima e Bolsa-Escola, que contou com a participação do senador Eduardo Suplicy (PT/SP).

A deputada Ideli Salvatti (PT), idealizadora da sessão e autora de um projeto de lei que institui o programa de bolsa familiar para educação no Estado, acompanhou o senador na visita que fez ao governador pela manhã. "O encontro foi positivo, pois quando senador, Amin foi favorável a este projeto. Como a MP foi aprovada na semana passada no Congresso, a soma de recursos federais, estaduais e municipais pode garantir a concessão de renda para que as famílias carentes mantenham seus filhos na escola", disse a parlamentar.

Suplicy explicou que com a aprovação da medida provisória que trata da bolsa-escola, todos os municípios brasileiros podem manter convênios com o

O projeto de lei que cria o Programa Bolsa-Escola está tramitando desde o ano passado na AL. Já foi aprovado na CCJ e pode ir a Plenário ainda este mês.



(foto Jonas Lemos Campos)

Senador Eduardo Suplicy

Ministério da Educação, obedecendo ao critério de que têm direito ao benefício as famílias que não obtiverem a renda de ½ salário mínimo por pessoa, dependendo do número de crianças de 7 a 14 anos.

Disposto a colaborar com o Programa, o promotor José Francisco Hoepers, do Centro de Promotorias da Infância, declarou que o Ministério Público coordena o *Apóia*, um programa de combate à evasão escolar, que presta assistência à família dos alunos que se mantêm ausentes das salas de aula por cinco dias consecutivos ou sete alternados.

Vera Lúcia Castellein, da prefeitura de Blumenau, informou que o programa teve início naquele município em 1998, quando foi aprovado pelos vereadores. O vice-prefeito de Chapecó, Pedro Uczai (PT), destacou que o programa de renda mínima é um desafio para os municípios, que precisam desenvolver a economia para a atividade social. Outro componente da mesa, o vereador Márcio de Souza (PT), da Capital, apresentou a sua proposta de bolsa-escola, que ainda está tramitando na Câmara Municipal.

Lançada Festa Nacional da Maçã

A X Festa Nacional da Maçã, que será realizada de 14 a 22 deste mês, foi lançada oficialmente na noite desta quarta-feira (4), no hall da Assembléia, em solenidade que contou com a presença do governador Esperidião Amin, secretários de Estado, prefeitos municipais da Região Serrana, autoridades locais e convidados, além do 2º vice-presidente

da Assembléia, deputado Sandro Tarzan (PTB), que é originário de São Joaquim, cidade que sedia o evento.

O presidente da comissão organizadora da festa, Rogério Pereira, comentou que a festividade está sendo reeditada após cinco anos sem constar do



Agenda

Dia 9, às 9h – Abertura do seminário *A política tributária: análise crítica e possíveis alterações*, promovido pela CPI que investiga denúncias de sonegação fiscal, presidida pela deputada Ideli Salvatti (PT).

Local: Plenário do Legislativo

Dia 10, às 17h – Reunião da Comissão Especial Externa (CEE), presidida pelo deputado Jaime Duarte (PPS), criada para verificar a situação do atendimento à saúde mental nos estabelecimentos públicos e privados do Estado.

Local: Sala das Comissões

Dia 11, às 10h - Explicação do procurador-geral do Estado, Walter Zigelli, sobre a dívida ativa do Estado aos deputados membros da CPI da Sonegação Fiscal.

Local: Sala das Comissões

Dia 11, às 10h – Instalação da Comissão Especial Externa (CEE) para acompanhar o projeto de duplicação da BR-101 no Sul do Estado.

Local: Sala das Comissões

calendário oficial de eventos do município e do Estado.

O prefeito de São Joaquim, Newton Stélio Fontanella, afirmou que a festa, hoje bastante conhecida em quase todo o País, é de grande importância para o desenvolvimento do município e de toda a região.

Já o deputado Sandro Tarzan destacou que a Festa da Maçã foi idealizada em 1952, porém foi seu pai, Rogério Tarzan, que quando era prefeito em 1978 tornou o evento conhecido nacionalmente. Lembrou que quatro presidentes da República já prestigiaram a festa, e o atual já confirmou sua presença este ano.